

agit

JORNAL DA JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA
N.º 111 ABRIL 2014

25 de Abril 40 anos

A libertação de Portugal da longa noite fascista foi a mais avançada realização do povo português, uma das mais firmes afirmações de soberania do nosso país e um acontecimento que deu força e ânimo à luta dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo.

A Revolução de Abril transformou o país de forma profunda, num processo que instaurou e consagrou na Constituição as liberdades democráticas, amplos direitos sociais para os trabalhadores e o povo, que liquidou o capitalismo monopolista e os latifúndios, que garantiu direitos à juventude, como a Educação para todos.

Mas os inimigos de Abril, representados pelos partidos da política de direita têm governado o país contra Abril e a Constituição, levando-nos à actual situação. A juventude enfrenta hoje constantes ataques aos seus direitos, levando a que milhares de jovens tenham de deixar de estudar, estejam desempregados ou em situação laboral precária, ou sejam forçados a emigrar.

A maior arma que Abril nos deu foi a confiança de que a luta é o caminho para construir a alternativa. Hoje, mais do que nunca, é urgente recuperar os valores de Abril, defender as suas conquistas, lutar por uma alternativa patriótica e de esquerda.



JUVENTUDE
COMUNISTA
PORTUGUESA

Organizar, lutar transformar!

Decorreu nos dias 5 e 6 de Abril o 10.º Congresso da JCP. Este constituiu um momento de afirmação da JCP, da sua acção e projecto, do ideal comunista. Analisada a realidade e a luta da juventude, a JCP e a luta da juventude estão agora mais fortes. [pág. 15](#)

Leva a luta até ao voto!

No próximo dia 25 de Maio vão realizar-se as eleições para o Parlamento Europeu. Neste AGIT vamos contrariar as mentiras com que todos os dias nos bombardeiam acerca da UE, e clarificar algumas das questões em cima da mesa nestas eleições. [pág. 18](#)

Abre os olhos e defende Abril!

Numa altura em que se assinala o 40º aniversário da Revolução de Abril, assistimos ao agudizar da retirada de direitos ao povo português, alicerçada por fortes operações ideológicas no sentido de a legitimarem.

São inúmeros os exemplos de casos que têm surgido, mas destacaram-se, pela sua dimensão e carácter, as estratégias de incentivo ao pedido de facturas, junto dos contribuintes, e uma recente campanha do Metro de Lisboa.

A implementação do novo sistema de facturação encerra em si todo um novo paradigma: ao mesmo tempo que se procura passar para o cidadão a fiscalização das actividades económicas — responsabilidade essa que deveria ser das autoridades competentes para o efeito — aproveita-se para rastrear a actividade de consumo dos contribuintes.

Não é a lógica da obrigação contributiva de cada empresa que está em causa (desde há muito subvertida pela crescente injustiça fiscal no nosso país e pela vergonhosa fuga de capitais feita pelas grandes empresas). Trata-se sobretudo de uma linha de ataque e perseguição às micro, pequenas e médias empresas, promovida também pela a reforma do IRC concertada entre PS, PSD e CDS, enquanto que para as grandes empresas a fuga ao fisco continua impune e fora de mira, com a convivência máxima das entidades oficiais, de que é exemplo a recente transferência da sede fiscal do Pingo Doce para a Holanda. Uma linha em tudo coerente com a acção dos sucessivos Governos, empenhados em beneficiar sempre os grandes grupos económicos, sacrificando para isso os trabalhadores, o povo, e as MPME's. Os verdadeiros culpados pelas centenas de milhões de euros que são roubados ao Estado por causa da fuga ao fisco não são os cafés, restaurantes, pequenas empresas do comércio, mas sim os grandes grupos económicos, que traem o país com a fuga de capitais, e os governos ao serviço do grande capital que fomentam estas práticas!

A “cereja no topo do bolo” aparece com o sorteio de um carro de luxo para os contribuintes bem comportados que pedirem factura com indicação do seu número de contribuinte. Qual totoloto, quantas mais vezes apostarmos (que é como quem diz, pedirmos facturas), mais hipóteses temos de ganhar. Não é preciso aprofundar muito a reflexão sobre este imbróglia, para percebermos quão insultuoso é para a nossa dignidade e para os valores democráticos.

A recente campanha levada a cabo pelo Metro de Lisboa é mais um exemplo do que temos vindo a referir.

Numa altura em que o direito à mobilidade está seriamente comprometido dado os preços inoportáveis dos bilhetes, passes, e o fim do passe sub-18 e sub-23 (que representava um apoio e incentivo muito grandes aos jovens, tanto para a frequência da escola, como para outras dinâmicas da vida juvenil igualmente imprescindíveis) e em que é crescente a diminuição da qualidade do serviço, a administração do Metro de Lisboa apela “olhos bem abertos” no combate à fraude, que é como quem diz “já agora aponta o dedo a quem vires a circular sem bilhete, e de preferência chama um segurança para bem resolver a situação”. Ao mesmo tempo que se incita descaradamente à delação, aproveita-se o ambiente nefasto para passar o pano sobre os nos verdadeiros responsáveis pela degradação do serviço do Metro, escamoteando totalmente as opções governativas de tentativa de desmantelamento da rede de transportes colectivos públicos. E qual é a conclusão que se vincula? É o utente “faltoso” do metro o grande culpado da diminuição de qualidade e do encarecimento da prestação do serviço.

Também a CP tem vindo a vincular mensagens aparatosas: informam-se os utilizadores da CP que para sua segurança se aumentou a fiscalização. E se poderia tratar-se de mais vigilância nas estações



e apeadeiros desertas, a frase seguinte elucida-nos: “circule com bilhete válido”. Se a validação dos bilhetes e a nossa segurança estão relacionados, nesta campanha a relação só se encontra na fomentação dos ambientes persecutórios e o ataque aos dos valores de Abril.

Estas campanhas representam o oposto daquilo que o 25 de Abril pretendeu construir. São o apogeu da acção autoritária de um Governo cheio de tiques que relembram os tempos mais negros da nossa história, e a que o 25 de Abril pôs fim.

Querem transformar-nos em bufos, que se vigiam uns aos outros, para garantir os seus lucros sem terem de contratar funcionários, e poderem continuar a reduzir os serviços e aumentar preços. Não validamos estas políticas! A nossa resposta é Abril e os seus valores, a luta em defesa dos serviços públicos, por uma política patriótica e de esquerda!

As portas que Abril abriu...

Era uma vez um país/de tal maneira explorado/pelos consórcios fabris/pelo mando acumulado/pelas ideias nazis/pelo dinheiro estragado/pelo dobrar da cerviz/pelo trabalho amarrado/que até hoje já se diz/que nos tempos do passado/se chamava esse país/Portugal suicidado

Foi assim que José Carlos Ary dos Santos, poeta maior português e militante comunista, descreveu Portugal, no belíssimo poema “As Portas que Abril Abriu”. Ary dos Santos escreveu-o no ano de 75, em pleno Processo Revolucionário em Curso (PREC). Exaltava assim quase meio século de luta dos trabalhadores, dos camponeses e dos estudantes, a construção de unidade em torno da derrota do fascismo e a importância da força revolucionária — colectiva, organizada e consequente — uma “força viril/de antes quebrar que torcer/que em vinte e cinco de Abril/fez Portugal renascer”.

Ao mesmo tempo, “As Portas que Abril Abriu” fora também um aviso — desta feita, aos que tentavam, a todo o custo, impedir que o povo construísse a alternativa política que tinha conquistado nas ruas, nos locais de trabalho, nas escolas: que por mais que

destruíssem, apagassem, branqueassem e mentissem, «agora que já floriu/a esperança na nossa terra/as portas que Abril abriu/nunca mais ninguém as cerra»!

40 anos depois da Revolução dos Cravos (tema que esta edição do AGIT destaca nas págs. 9 a 12), “um dos momentos mais altos da vida e da história do povo português” (como dizia Álvaro Cunhal), temos nas nossas mãos o presente e o futuro de um país que PSD, CDS e PS, infeliz e deliberadamente, tentam condenar ao regresso ao passado bafiento da ditadura. Cortam na Educação, na Saúde, na Cultura, no Desporto, desrespeitando de forma violenta e intencional a nossa Constituição da República Portuguesa e os valores que a sustentam — os valores de Abril.

Mas, tal como no passado, também hoje os jovens não viram a cara à luta, e o AGIT é o seu jornal: estudantes do Ensino Secundário (págs. 4 e 5), do Ensino Superior (págs. 6 e 7), do Ensino Profissional (pág. 8), e jovens trabalhadores (pág. 13) resistem contra a ofensiva para defender Abril!

No entanto, esta vontade de transformar o mundo e defender o que é nosso só se materializa se os jovens estiverem unidos e organizados e com o reforço da organização

revolucionária da juventude — a Juventude Comunista Portuguesa.

Quis então a discussão colectiva e a vontade dos camaradas que o 10.º Congresso da JCP, ponto alto da organização e do reforço da mesma, se realizasse no mês de Abril (pág. 15 a 17). Decisão essa que não foi por acaso: é nos valores de Abril que a JCP e o PCP projectam o futuro de Portugal, a construção de uma sociedade justa, progressista, e amplamente democrática — nos planos político, económico, social e cultural.

Durante meses preparámos o Congresso com a reflexão, a discussão e a acção transformadora que nos caracteriza, chegando a Abril com a organização e a luta da juventude reforçadas. Mas não seríamos verdadeiramente comunistas se isso nos satisfizesse: e saímos assim do mesmo com mais força para as batalhas que se avizinham, com especial destaque para as Eleições para o Parlamento Europeu (pág. 18), onde se impõe que a juventude, mais uma vez, leve a luta até ao voto, rejeitando também nas urnas aquilo que combate diariamente nas ruas, escolas e locais de trabalho. Só assim poderemos celebrar e honrar a Revolução, como dizia o lema do nosso Congresso: organizando, lutando, transformando! Viva o 25 de Abril!

FICHA TÉCNICA

COLECTIVO DO AGIT

Ana Carolina Ambrósio
Diogo Correia
Hélder Menor
Inês Balreira
Leonel Silva
Luís Almeida

Luís Encarnação
Pedro Dourado

PARTICIPAM NESTA EDIÇÃO

Alma Rivera
André Leonel Silva
Beatriz Castro
Diogo Amador
Duarte Alves
Elísio Sousa

Filipa Costa
Francisca Goulart
Joana Mateus
Miguel Mestre
Helena Casqueiro
Pedro Martins

Rita Morais
Sara Reis
Sofia Lisboa
Tiago Nunes

Consulta e divulga o

agit

online em
www.jcp-pt.org



juventudecomunistaportuguesa

A luta vai continuar!

Desde do início do ano lectivo, a escola pública tem vindo a sofrer um ataque cada vez maior.

O corte no financiamento público no Ensino Básico e Secundário tem consequências concretas na degradação da qualidade do ensino e das condições materiais e humanas das escolas, pondo em causa a qualidade do ensino. A falta de funcionários nos diversos serviços; escolas degradadas; obras por concluir; turmas com mais de 30 alunos; o aumento dos custos dos serviços escolares. Esta realidade é reflexo da política aplicada por este governo, que tem como objetivos intensificar a elitização, privatização e a degradação da democracia nas escolas. Hoje, assistimos ao aprofundamento das dificuldades que os estudantes já sentiam, afastando os estudantes com mais dificuldades financeiras.

Mas a resposta dos estudantes tem sido constante por todo o país.

No passado dia 20 de Março, no distrito do Porto, os estudantes saíram a rua mostrando o seu descontentamento, reivindicando mais financiamento para a educação, e exigindo mais uma vez a demissão deste Governo!

Mais de 40 Associações de Estudantes da região subscreveram o apelo a todos os estudantes, para que nas suas escolas e nas ruas combatassem os ataques feitos à sua educação.

Foram várias as acções de luta pelo distrito, como na Escola Secundária da Trofa, na Escola Secundária do Marco de Canaveses e na escola Secundária de Oliveira do Douro. Estas a lutas contaram com a participação de centenas de estudantes e centraram-se principalmente nos problemas concretos com que estes estudantes se deparam todos os dias, fruto do desinvestimento na educação.

Na cidade do Porto, mais de 300 estudantes marcaram presença numa manifestação até a Direcção Regional de Educação do Norte, onde foi lida uma moção que denunciava os problemas nas escolas e afirmava o descontentamento dos estudantes com este Governo e com as suas políticas.

Depois desta grande jornada de luta os estudantes garantiram que, nas escolas e rua, a luta pela escola pública, gratuita e de qualidade vai continuar!



Exames nacionais: barreira e filtro social

O actual sistema de avaliação no Ensino Básico e Secundário constitui um dos maiores entraves à escola de todos e para todos. Agora, mais do que nunca, assiste-se à sobreposição da avaliação pontual em relação à contínua e à desvalorização das aprendizagens e das condições de cada estudante, o que faz dela uma avaliação injusta, que promove, cada vez mais, o afastamento de muitos estudantes do ensino superior.

Sob o pretexto de servirem como meio para reduzir as desigualdades, os exames nacionais, obrigatórios para a conclusão do Ensino Secundário, têm vindo a tornar-se cada vez mais difíceis. Com o alargamento de matéria para a dos três anos lectivos e o aumento da sua importância para o prosseguimento de estudos (visto que o peso das provas de ingresso pode ir até 60% da média de candidatura) torna-se claro que o objectivo deste sistema não é avaliar realmente

o conhecimento adquirido pelo aluno ao longo do seu percurso escolar, mas sim servir de barreira e filtro social. Prova disso é a obrigatoriedade da sua realização na 1.ª fase, o pagamento da inscrição na 2.ª e a necessidade da frequência explicações e a aquisição de materiais e manuais extra, algo que nem todos os estudantes têm acesso ou conseguem pagar.

A estratégia de elitização do ensino seguida pelo actual governo PSD/CDS tem sido intensificada e desenvolvida cada vez mais cedo, abrangendo, também, o ensino básico e, até, o primário. Caso disso são os exames de 4.º e 6.º ano e as Provas Nacionais de 9.º ano, cuja finalidade é clara: encaminhar os estudantes para percursos da via vocacional e profissionalizante, distribuindo os restantes no ensino regular. Tal promove uma escola elitista, onde quem tem mais possibilidades tem, também, mais facilidade para o prosseguimento de estudos e o acesso ao ensino superior.

No ano lectivo de 2012/2013, uma avaliação baseada na do ensino regular foi aplicada no ensino artístico especializado e no ensino profissional. O ministério da educação do actual governo PSD/CDS, impôs aos alunos do ensino artístico especializado, a realização de 2 exames de disciplinas não especializadas, contando 30% da média final. Na via profissional, os estudantes passam a ver-se obrigados a realizar exames a disciplinas para as quais não têm preparação suficiente, visto que as disciplinas comuns como Português e Matemática são muito mais reduzidas nos seus currículos.

Tudo isto é prova de que o actual sistema de avaliação não promove a igualdade, mas sim a desconsideração por cada aluno, as suas capacidades e a sua situação socio-económica, favorecendo quem tem mais recursos e barrando a entrada de muitos jovens no ensino superior. É, também, um sistema que erradica o papel da escola como motor de desenvolvimento intelectual e social, promovendo a diminuição de atitude crítica e pensamento livre e não cumprindo o princípio da formação integral do indivíduo.

O desporto é um direito, não é um negócio

O desporto é tão essencial para o desenvolvimento físico, como para o psicológico, permitindo-nos também desenvolver o espírito de entreajuda e lealdade. Tal como a educação, saúde e cultura, o desporto é, aos olhos da política de direita deste e dos anteriores governos, visto como um negócio, regendo-se pela lógica do lucro e aprofundando a sua elitização, reduzindo o seu financiamento a praticamente nada.

Dentro das escolas, o desporto é uma realidade cada vez mais distante da juventude. São poucas as escolas que têm desporto escolar, fruto também dos cortes na educação, da falta de professores e material. Para muitos jovens esta era única maneira de terem acesso ao desporto de forma totalmente gratuita. Também o facto da disciplina de Educação Física deixar de contar para a média final, tanto no básico como secundário, demonstra mais uma vez desvalorização do governo para com a prática desportiva.



A elitização do desporto é um reflexo da política de direita a que vivemos no nosso país. O aluguer de espaços desportivos, nomeadamente das e nas escolas, é mais um caminho para a privatização de um direito nosso. Também neste sentido, muitas associações e clubes desportivos que, até agora, asseguravam a largas camadas da população o acesso à prática desportiva, têm vindo, devido à falta de financiamento e aumento dos custos de funcionamento (através do aumento de rendas, preço da água, luz, etc.) a reduzir ou a encarecer os serviços e equipamentos disponíveis, quando não mesmo a deixar de funcionar completamente.



E.S. Santa Maria

Três estudantes da ES de Santa Maria foram recentemente sujeitos a um processo ilegal de suspensão, baseando-se no facto de, juntamente com outros alunos da escola, terem pintado um mural político.

Mas a real razão da suspensão é outra. Estes três alunos fazem parte da AE da ESSM, que tem vindo a desenvolver ao longo do ano várias lutas pela defesa da escola pública, gratuita e de qualidade, após as quais houve sempre a tentativa de penalizar os estudantes.

A direcção da escola identificou os 3 alunos em causa como sendo os agitadores, algo que, aliás, distorce a realidade das dezenas de estudantes que dinamizaram e participaram nas acções de luta até agora realizadas. Este é um ataque político que serve o governo e que visa destruir a luta, dividir e intimidar.

O que a direcção da escola, seguindo instruções do Governo, quis fazer foi silenciar a mensagem que os estudantes queriam transmitir, silenciar aqueles que defendem a Constituição, e, através de uma acção anti-democrática e inconstitucional, revelam-se assim verdadeiros inimigos da Constituição e da democracia

Mas esta tentativa de meter medo aos estudantes falhou e estes responderam com a luta em defesa da Escola Pública e a democracia: no dia 13 de Março, Dia Nacional de Luta do Ensino Básico e Secundário, os estudantes da ESSM deram uma forte resposta saindo à rua em defesa do seu direito a estudar. E a 31 de Março, os estudantes entregaram um abaixo-assinado contra esta suspensão, que contou com a assinatura de mais de 800 alunos.

As tentativas intimidatórias dos inimigos de Abril não ficarão sem resposta e se a democracia custou muito a construir, irá ser defendida dos que querem regressar ao passado, custe o que custar!





À campanha de mentiras do Governo, responde-se com luta

Têm sido constantes as mentiras, deturpações ou falsas discussões ou ideias sobre a vida e os problemas dos estudantes do Ensino Superior. Desde o Governo à Comunicação Social, e mesmo a alguns representantes de Instituições de Ensino Superior e de algumas Associações de Estudantes e/ou Académicas, é assumida uma atitude de desvalorizações e encobrimento das causas do grave abandono escolar, da diminuição da qualidade do ensino, etc..

Não é por acaso que algumas destas opiniões se juntam, desresponsabilizando o Governo, escondendo as consequências e objectivos da sua política procura-se passar a imagem de que os cortes têm que acontecer, e portanto fala-se no problema único do "cortes cegos", fala-se de que é incomportável o Estado Português suportar, enquanto direito que é, o Ensino Superior Público, fala-se que o abandono escolar também não é só por causas económicas, existem variáveis como o desinteresse...

Parece que tudo é válido para analisar a realidade do Ensino Superior e a vida dos jovens portugueses, mas a verdade é espelhada na realidade que se vive nas escolas, no real abandono escolar, na diminuição das bolsas, no encerramento de cantinas e residências por este país fora, na dificuldade gritante que muitos enfrentam para se manterem a estudar, mas sobretudo em todos aqueles que já não consideram sequer uma hipótese adiar a procura de trabalho e sustento, emigrar e ser durante mais tempo um encargo para as famílias. Esta é a realidade de uma grande maioria de jovens.

Neste quadro de propaganda enganosa que procura esconder a realidade que se vive as principais caras do governo continuam a insultar os jovens e o povo, continuam apontando caminhos que não existem, camuflando objectivos e sobretudo não admitindo a realidade a que conduziram as nossas vidas e o país.



24 de Março e 2 de Abril foram dois grandes dias para os estudantes, para as suas lutas e para as suas aspirações.

Celebrando o dia do estudante, cada escola organizou momentos que permitiram alertar para os seus problemas concretos tendo como pano de fundo o subfinanciamento ao ensino superior e a luta nacional marcada para dia 2 de Abril. O grande nível de adesão e a visibilidade que tiveram ajudaram à consciencialização dos estudantes de que um ensino superior democrático, gratuito e de qualidade é possível e necessário.

A manifestação nacional decorrida em Lisboa foi o culminar de um processo de esclarecimento, contacto e ampla

discussão em todo o movimento associativo, com 15 associações de estudantes a subscreverem o apelo que convocou a manifestação. Sabemos que são justas as reivindicações dos estudantes e sabemos, também, que estas políticas provocaram um forte abandono escolar e a consequente elitização do ensino, a sua perda de qualidade e até as características democráticas que ainda conservava. Nesta manifestação estiveram presentes milhares de estudantes, de norte a sul do país, que lutaram pelos seus direitos e que reafirmaram o compromisso de continuar a luta em defesa do Ensino Superior!

Estamos agora a viver dentro das nossas possibilidades

Passos Coelho

Possibilidade que não conseguir pagar a propina, possibilidade de não ter bolsa, possibilidade de não ter um quarto numa residência, possibilidade de não acabar o curso, possibilidade de não ter emprego, possibilidade de ter que emigrar...

O aumento da formação superior dos europeus continua a ser um objectivo dos governos e das instituições e, em Portugal, traduz-se mais recentemente no programa Retomar.

Público

Entre medidas que procuram reorganizar o Ensino Superior, diminuindo qualidade e oferta, dificultando ainda mais o acesso ao mesmo, também lançam campanhas de propaganda, procurando convencer-nos de que não tendo responsabilidades nos problemas que afectam os estudantes, estão a procurar resolvê-los. Mas a verdade é que, se não querem que haja abandono escolar, porque empobrecem as famílias, aumentam as propinas, cortam no financiamento e na Acção Social Escolar?

Um Governo, e os que com ele assumem as mesmas posições de fundo (como o PS), que entrega de bandeja as nossas empresas, a nossa produção, os nossos salários e rendimentos e coloca a educação ao serviço do capital não quer resolver, não quer mudança. Entre mais asneiras (intencionais), dizem que o abandono escolar diminuiu, dizem que o que existe não deriva da falta de condições económicas para estudar, mas não convencem os estudantes de que este é o rumo que deve ser seguido para o país, nem os convencem, porque vivem diariamente a realidade, de que o país não está pintado de retrocesso na vida e nos direitos da juventude.

Valorizamos as múltiplas expressões de luta e de resistência dos Estudantes do ES e do Movimento Estudantil e Associativo Estudantil, e é nosso compromisso, como ficou expresso no 10º Congresso da JCP, estarmos presentes e darmos ainda mais corpo e força a todas as frentes na luta, pelo Ensino Superior Público, de Qualidade, Democrático e para todos e por uma Alternativa Política que corresponda às reivindicações dos jovens portugueses.



ISCSP

No ISCSP têm-se, desde o início deste ano lectivo, desenvolvido acções de luta quer em torno de questões mais gerais, quer contra o regulamento e sistema de avaliação. Contudo, do conjunto destas, é importante realçar a mobilização que a luta contra o regulamento imposto no ano lectivo presente tem alcançado, resultando numa concentração à porta da faculdade que reuniu cerca de 70 estudantes.

Até ao ano transacto, os estudantes do ISCSP tinham direito a três épocas de avaliação: avaliação contínua (AC), avaliação mista (AM) (sendo que avaliação mista é, na prática, avaliação final, dada a realização obrigatória do exame final para a aprovação) e avaliação final (AF). Existem duas épocas de exame, apesar de a época de recurso ser limitada a apenas 4 exames num total de 12 unidades curriculares por ano lectivo. Aquando do início do primeiro semestre, os estudantes deparam-se com uma alteração no regulamento de avaliação. O presente regulamento impõe, ao aluno que reprova em avaliação contínua, a impossibilidade de realizar o exame em época normal, acentuando ainda mais a redução de oportunidades de avaliação.

Esta é a luta que tem motivado muitos estudantes no decorrer deste ano lectivo, que apesar das diferenças, se unem em torno deste problema. Neste sentido e a partir desta união, têm sido colectivamente discutidas diversas acções de luta. Foram levadas a cabo medidas como a entrega de uma Carta Aberta — suportada por mais de duzentas assinaturas entregue pela mão de cerca de três dezenas de estudantes — endereçada ao Presidente do Instituto a qual não obteve, no entanto, qualquer resposta por parte deste. E, por isto, encontrámo-nos a recolher um abaixo-assinado que reúne 4 propostas de alteração ao novo regulamento, entre as quais se destacam o aumento do número do limite de recursos e o retorno ao antigo regulamento de avaliação.

Com força e uma crescente organização, tanto ao nível do colectivo da faculdade como do movimento estudantil, a luta contra o regulamento e sistema de avaliação tem avançado de forma decisiva na conquista e reconquista de elementos indispensáveis a uma realidade educativa justa.

Ensino profissional

Referências

Notas

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Referências

Notas

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Referências

Notas

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

Ver também

10.º Congresso da JCP

Importante momento de discussão e reflexão colectiva sobre o Ensino Profissional

10.º Congresso da JCP

O que achaste do 10.º Congresso? Como achas que a discussão que ali se desenvolveu contribui para o desenvolvimento do trabalho da Organização e da luta junto dos estudantes do Ensino Profissional?

Sofia Rocha Acad. Contemporânea do Espectáculo

Gostei de participar no 10.º Congresso da JCP, pois tive oportunidade de ficar a par das lutas e conquistas desenvolvidas pelos colectivos do Ensino Profissional. Também é importante ouvir as ideias das outras pessoas, bem como expressar as minhas próprias ideias, aumentando assim a nossa discussão e reflexão colectiva.

Penso que, em conjunto, é necessário valorizar o ensino profissional visto que ainda é um pouco desvalorizado.

Perante esta desvalorização, toda a discussão que se gerou no Congresso em torno desta via de ensino contribui para o reforço futuro da intervenção do colectivo da Academia Contemporânea do Espectáculo, nomeadamente pela criação de uma Associação de Estudantes na escola, lutando assim contra a falta de democracia na escola, problema esse transversal às escolas profissionais do país.

Pedro Martins EPED (Almada)

Este 10.º Congresso foi uma mais-valia para os militantes da JCP que estudam no Ensino Profissional pois pudemos ouvir os problemas de diversas escolas profissionais, bem como as constantes vitórias dos alunos que reivindicavam os direitos.

Eu também realizei uma intervenção sobre uma escola profissional, a EPED, onde expus os problemas da escola.

O Congresso deu mais motivação para todos os militantes e amigos da JCP continuarem a luta pelos direitos de Abril para podermos caminhar em passos largos para a escola e o trabalho de Abril.

Quem ouve e lê a generalidade das notícias na televisão, na rádio, nos jornais ou lê os manuais escolares pode ficar tentado a pensar que a Revolução de Abril começa e termina com o levantamento militar que os capitães do MFA levaram acabo no dia 25 de Abril de 1974, chegando mesmo a fazer parecer que os militares o decidiram e puseram em prática nesse mesmo dia. Não se trata aqui de retirar importância a este acontecimento e à acção determinante do MFA, mas sim fazer a justa referência a todo o enquadramento social e ao papel que vários sectores tiveram, nomeadamente a juventude, na organização da resistência ao fascismo, contributo essencial para o seu enfraquecimento e derrube.

Com efeito, é um erro pensar-se que o golpe militar seria bem sucedido e que se conseguiria construir um regime democrático após a ditadura se o levantamento popular não tivesse existido. É o próprio povo que apoia a acção dos militares (veja-se, por exemplo, o que se foi passando no Largo do Carmo, no dia 25 de Abril), são os populares que demonstram assim a sua vontade e a sua determinação na mudança, quer no próprio dia, quer em momentos posteriores, como é o caso do 1º de Maio desse mesmo ano ou a aliança que se viria a formar Povo-MFA. Isto demonstra que o 25 de Abril não foi um acto isolado, mas um processo que continua depois da queda da ditadura fascista. Uma verdadeira revolução na qual foram protagonistas os militares progressistas e o povo português.

Se a acção popular foi determinante para todo este processo, a acção dos jovens também o foi, certamente. Já tivemos oportunidade de falar em edições anteriores do AGIT sobre as lutas dos estudantes, em particular a crise académica, a propósito das comemorações do dia 24 de Março, momentos altos de afirmação contra o regime fascista e que despertaram a consciência de muitos jovens. Mas o papel da juventude na resistência ao fascismo e na revolução não se limitou a esse (importante) episódio. Essa resistência existiu ao longo dos 48 anos de ditadura, tendo havido momentos mais destacados, como por exemplo, a actividade do MUD-Juvenil e as várias lutas travadas (greves, manifestações, concentrações, entre outras) demonstrando que a juventude nunca se resignou a viver no fascismo, mesmo apesar das terríveis consequências para todos aqueles que foram perseguidos, presos e torturados pela PIDE/DGS.

Quem o fez era soldado homem novo capitão mas também tinha a seu lado muitos homens na prisão.

As portas que Abril abriu, Ary dos Santos

RESISTIR JÁ ERA ABRIL!

25 de Abril 40 anos

O MUD-Juvenil – Movimento de Unidade Democrática Juvenil – é criado em 1946, fruto do sentimento generalizado de contentamento e confiança pela derrota do nazi-fascismo na II Guerra Mundial, e durante os 11 anos seguintes consegue congregar vários sectores da juventude que lutavam pela democracia e entre os quais se encontravam comunistas, que assumiam um papel de vanguarda. Para se ter ideia da força deste movimento, em poucos meses o MUD-Juvenil conseguiu que lhe aderissem 20 mil jovens. Desde logo se envolveu em campanhas nacionais (como a candidatura do General Norton de Matos) mas também internacionais, pela paz, a favor da independência e autodeterminação dos povos, posição que se tornou clara após a participação de jovens portugueses e dos países ocupados pelo colonialismo português no IV Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, em Bucareste.

Mas a repressão era brutal e muitos eram os casos de jovens presos e torturados pela PIDE. São vários os testemunhos da dimensão e crueldade dos maus tratos e da conduta da polícia política e de todo um regime cuja acção muitos querem branquear.¹

O AGIT foi também à conversa com Domingos Abrantes, recolhendo o seu testemunho sobre vários processos de resistência da juventude e enriquecendo com o seu contributo o tema a que nesta edição damos destaque. Segundo Domingos Abrantes, a força do MUD-Juvenil é ampliada pelo facto de ser uma organização genuinamente unitária, “com jovens estudantes e operários, católicos e comunistas”, de tal forma influente (nas Universidades, por exemplo) que rapidamente se tornou a vanguarda na luta contra o regime.

Extinto pelo Tribunal Criminal Plenário do Porto em 1957, o MUD-Juvenil continuou a desenvolver actividade sob outras formas, em particular no movimento estudantil de Lisboa. Durante a década de 60, em particular em 1962, assistimos ao aprofundamento da resistência dos estudantes à ditadura fascista: a violenta carga da polícia de choque sobre milhares

de estudantes no dia 24 de Março levou a um crescendo de contestação que se traduziu, dois dias depois, no anúncio do luto académico. As ocupações, os plenários, os desfiles, as concentrações e as manifestações que se seguiram mostraram que os jovens — e os estudantes em particular — continuavam interessados e mobilizados na oposição ao regime.

Para além das grandes lutas estudantis, ao longo dos anos do fascismo e em particular no período de agudização da crise do regime, foi muito importante um conjunto de acções com uma ampla representação social, promovidas por vários sectores democráticos mas onde a juventude tem também um papel influente e determinante, como é o caso do 3.º Congresso da Oposição Democrática, conhecido como Congresso de Aveiro, decorrido em Abril de 1973.

Para Domingos Abrantes, este Congresso, em que participaram democratas, anti-fascistas e também comunistas, abrangendo os vários sectores opositores do regime, teve um “grande impacto na unidade anti-fascista”, saindo de lá as ideias básicas para o derrubamento do fascismo e para o programa do MFA. Este Congresso foi fortemente reprimido já na sua fase final pela polícia política, quando os congressistas decidiram desfilar em direcção ao cemitério para homenagear o falecimento de um resistente anti-fascista.

A própria acção revolucionária militar não foi um “golpe” mas um levantamento. E ao levantamento militar sucedeu-se imediatamente o levantamento popular. No próprio dia 25, as massas populares apareceram poderosas, rodeando, acarinhando, apoiando e estimulando os militares, tomando elas próprias iniciativas de acção, fundindo povo e forças armadas numa mesma aspiração e num mesmo combate. Depois de quase meio século de fascismo iniciava-se a Revolução portuguesa (...)

Todos os momentos de luta e contestação que antecederam o 25 de Abril, mostram que há, por um lado, uma continuidade num longo processo e, por outro, um papel bastante activo desempenhado pela juventude. E tal não se esgota na resistência nem na acção dos militares, muitos deles também jovens, do dia 25 de Abril. Domingos Abrantes conclui também: “a juventude, que teve sempre um papel muito activo na luta contra o fascismo, integra, por direito, a galeria dos resistentes”.

^[1] Ler MUD Juvenil e a repressão fascista, por Pedro Ramos de Almeida, na edição n.º 283 de O Militante, de Julho/Agosto de 2006

^[1] Intervenção de Patrícia Martins sobre o Ensino Profissional no 10.º Congresso da JCP (5-6 Abril 2014, Lisboa)

O processo revolucionário que se seguiu ao dia 25 de Abril de 1974 teve de forma inegável ampla participação popular e social, no qual a juventude esteve presente. Não fosse pela exigência e reivindicação das massas populares, muitos dos avanços sociais não teriam sido alcançados. É por isso indelével que foi nas ruas, nas empresas, nas fábricas, nos locais de trabalho, nos campos, nas escolas, nos bairros que se fez a Revolução transformadora de Abril. Nos quase dois anos de Revolução, os galopantes avanços — no plano político, social, económico e cultural — alcançados neste curto, mas histórico, período são evidentes.

Uma das mais importantes conquistas foi a da paz e o fim da Guerra Colonial, passo para a autodeterminação dos povos colonizados e que pôs fim à terrível situação em que os jovens portugueses se viam obrigados a ingressar nas fileiras das tropas portuguesas para a guerra ou então a emigrar. Refira-se que o General Spínola, Presidente da Junta de Salvação Nacional constituída após o 25 de Abril — claramente um homem do sistema fascista —, desvalorizava o direito à independência dos povos colonizados. Mas a luta e resistência daqueles povos, aliada à vontade popular e do MFA em Portugal, determinou o rumo da história da sua autodeterminação.

Várias foram as liberdades e direitos conquistados. A livre constituição de partidos políticos, é uma delas, apesar de, logo nos dias que se seguiram ao 25 de Abril de 1974, as forças de direita e da reacção terem tentado impedir a legalização do Partido Comunista Português e do seu jornal, o *Avante!*. Mas é de ressaltar a importância que, mais uma vez, tiveram as massas populares no determinar do rumo da História. No 1.º de Maio de 1974, o 1.º de Maio da liberdade, o povo saiu à rua em massa para demonstrar que o caminho que queria era o da liberdade, do progresso e da democracia e que não seria possível nenhum passo atrás.

A conquista das liberdades democráticas não resultou automaticamente do derrubamento da ditadura fascista. Na nova situação criada pelo derrubamento do governo fascista, em cada caso o povo conquistou as liberdades exercendo-as. Se o MFA, derrubado o governo fascista, proclamou que o povo era livre e que as liberdades estavam restauradas, a sua real concretização deveu-se à luta das massas populares.

A Revolução Portuguesa – o passado e o futuro,
Álvaro Cunhal

O POVO CONQUISTA O PAÍS AVANÇA



Foi neste processo revolucionário que se conquistaram eleições livres, o direito a votar com mais de 18 anos e o direito ao voto das mulheres. O poder local democrático foi conquistado em cada bairro, em cada freguesia e município pela vontade determinada das populações.

Passámos de um regime onde existia censura – não só na comunicação social, como também na literatura, na pintura, na música e nos mais diversos domínios da vida social e cultural que possamos imaginar –, onde o ajuntamento de mais de 3 pessoas era proibido, para um regime onde estas liberdades estão consagradas, como sejam as liberdades de manifestação, de reunião, de organização política, de expressão.

No plano do trabalho, a luta determinada e corajosa dos trabalhadores prosseguiu no período revolucionário e determinou a conquista da liberdade sindical, o direito ao trabalho com direitos, entre o qual se destaca o direito à greve (forma de luta que apesar de proibida na ditadura fascista, era levada a cabo pelos trabalhadores com registo de vitórias nalguns sectores, como por exemplo a conquista das 8h de trabalho nos campos do Alentejo e Ribatejo ainda em plena ditadura fascista), o direito às reformas e pensões na velhice, o controlo operário, o aumento dos salários, o subsídio de desemprego, o salário mínimo nacional. Por conseguinte, a qualidade de vida dos trabalhadores e do povo em geral melhorou significativamente.

A Reforma Agrária, uma das mais belas conquistas de Abril, entregou a terra a quem a trabalha. Numa altura em que o país era essencialmente rural, com uma economia muito baseada na agricultura, este processo, a par das conquistas da lei do arrendamento rural e da lei dos baldios, transformou profundamente a vida das populações no mundo agrícola. Também pela sua natureza profundamente transformadora, este é um dos processos que hoje mais é apagado ou deturpado para que a juventude não conheça a sua riqueza revolucionária, ficando para trás nos currículos de História na escola e sendo profundamente corrompido nos meios de comunicação a que hoje temos acesso.



No período da ditadura fascista, quase toda a riqueza que se produzia encontrava-se ao serviço de um punhado de grupos económicos que orientavam a produção para seu benefício próprio e para os seus lucros. Através das nacionalizações, alcançadas no período revolucionário, foi possível reorganizar a economia do país, colocando-a a favor e ao serviço do progresso e do bem-estar generalizado dos trabalhadores e do povo. A banca foi nacionalizada, não ficando mais ao serviço da especulação e passando a servir de alavanca da produção nacional.

No plano cultural, o direito à cultura nas suas dimensões de liberdade de criação e de fruição foi efectivamente alcançado. No plano social, a consagração do direito à saúde passou a ser uma realidade, com a criação do Serviço Nacional de Saúde universal e gratuito, permitindo avanços brutais como a grande redução da taxa de mortalidade infantil e nos partos e o aumento da esperança média de vida.

O direito à educação passa a ser também uma possibilidade para todas as crianças e jovens do país. Se, antes, grande parte da população era analfabeta e, da população escolarizada, poucos prosseguiram para além da quarta classe, principalmente nas zonas mais rurais do país, com a Revolução de Abril, o direito à educação passou a ser universalizado em todos os graus de ensino, desde o ensino básico ao ensino superior. Os filhos dos trabalhadores podiam agora estudar, com a directa consequência na redução exponencial da taxa de analfabetismo.

Muitos foram os direitos conquistados, como o direito à habitação, do qual se destaca o decreto do governo provisório de Vasco Gonçalves que dizia algo tão simples como “enquanto houver pessoas sem casa não é admissível que existam casas sem pessoas”(1). Também o direito à mobilidade com o desenvolvimento dos transportes públicos, a universalização do acesso à justiça, entre outros.



Importa pois fazer-se referência ao direito à igualdade de direitos. A lista de direitos e conquistas que aqui temos é destinada a todos os cidadãos, sem excepções, ao contrário do que acontecia até então, mesmo durante a I República.

Todas estas conquistas vieram a ficar consagradas na nossa Constituição da República Portuguesa e não é de mais destacar que nela se determinou que a juventude é objecto de protecção especial na efectivação dos seus direitos.

Artigo 70.º Juventude

1. Os jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente:

- No ensino, na formação profissional e na cultura;
- No acesso ao primeiro emprego, no trabalho e na segurança social;
- No acesso à habitação;
- Na educação física e no desporto;
- No aproveitamento dos tempos livres.

2. A política de juventude deverá ter como objectivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efectiva integração na vida activa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade. (...)

A Revolução de Abril traduziu-se num processo colectivo do povo português, em que a juventude esteve sempre presente na exigência de um país rumo ao progresso social, de rompimento com o fascismo e o poder económico monopolista de Estado, em que uns viviam bem à custa de milhões que trabalhavam e viviam na miséria.

Mas, desde cedo, os inimigos de Abril começaram a trabalhar para destruir tudo o que o povo alcançou. As forças da contra-revolução desde logo se empenharam na reorganização de forças e desde há 37 anos que prosseguem no caminho de destruição das conquistas da Revolução.

ABRIL NO FUTURO DE PORTUGAL



Conhecer a história da nossa revolução, é defender o futuro. Portugal pulou e avançou com o processo revolucionário de Abril. As transformações foram enormes e transversais à sociedade portuguesa. Por isso, é determinante conhecer e dar a conhecer que é possível, como antes o foi, prosseguir com o caminho da Revolução de Abril, defender todas e cada uma das conquistas, e levar muitas delas ainda mais longe.

De facto, não temos de nos resignar enquanto assistimos à destruição dos nossos direitos e das conquistas revolucionárias. Temos efectivamente nas nossas mãos, os instrumentos para ao mesmo tempo que desmistificamos e desmontamos preconceitos sobre a verdade histórica, munir aqueles com quem falamos todos os dias da percepção do seu potencial individual num processo colectivo organizado para a luta transformadora.

É inegável que actualmente a juventude está a ser alvo de ataques nos seus direitos mais elementares — direitos conquistados no 25 de Abril, consagrados na nossa Constituição e fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa. Os sucessivos governos (PS e PSD, com ou sem CDS) têm sucessivamente abdicado da nossa soberania e da tomada de decisões que melhor se adequem à realidade do país e às necessidades do povo, tendo, aos poucos, permitido a recuperação e a concentração da riqueza em alguns grupos económicos (os mais ricos do nosso país, que aumentaram as suas fortunas nos últimos dois anos). Têm, também, abdicado da soberania do nosso país e do nosso povo, estando os problemas que hoje enfrentamos no nosso dia-a-dia intimamente ligados com as políticas que nos chegam a partir do exterior (pela troika estrangeira do FMI/BCE/União Europeia).

É assim que se vai caminhando para a destruição da escola pública, para a sua elitização e privatização, que se fazem os cortes nas bolsas e na Acção Social Escolar, que se mantêm as propinas (ilegais e inconstitucionais!) e se prossegue com os cortes de financiamento para a educação (que nos últimos anos já se somam cortes de quase €2.000.000 para todos os graus de ensino). É também assim que se destrói o direito ao trabalho com direitos, que se corta nos salários, que se “flexibilizam” os vínculos laborais, promovendo a precariedade, o desemprego e a emigração. E é também assim que pretendem limitar as liberdades e direitos como as liberdades de reunião, de manifestação e de expressão, quem em vários números do AGIT e notas de imprensa a JCP tem denunciado.

O 25 de Abril não é apenas uma memória, ou algo que se aprende nas escolas. Lutar pelos seus valores é uma prioridade para a juventude, que a JCP assume. Faça-se cumprir Abril! Para que aconteça a ruptura com este rumo, pelo fim imediato do programa das troikas — ou de outros que lhe sigam com outro nome —, pela exigência de um processo de renegociação da dívida pública portuguesa — nos seus juros, prazos e montantes, eliminando a sua componente ilegítima — e fixando condições de pagamento adequadas às necessidades económicas e sociais de desenvolvimento do país, para que se invista no aumento da produção nacional, na defesa das pescas e agricultura, e na valorização e defesa do trabalho com direitos.

*Agora que já floriu
a esperança na nossa terra
as portas que Abril abriu
nunca mais ninguém as cerra.*

As portas que Abril abriu, Ary dos Santos

A verdade, ao contrário das mentiras que nos querem impor, é que o país não está melhor. E a juventude sabe-o. E por isso mesmo, este caminho para trás, de retrocesso, não está a ser, nem será feito sem a resistência da juventude em Portugal, que persiste seja por via de lutas mais concretas seja pela integração nas lutas gerais, todas determinantes para alterar este rumo que nos querem impor. Nunca é demais reafirmar que a luta, organizada e consequente é o caminho. É a luta que permite transformar o estado de coisas em que nos encontramos hoje. Abril dá-nos o exemplo de luta, determinação e capacidade de realização de um povo na conquista de uma vida melhor e os valores para um país de justiça e progresso social. Essas conquistas e esses valores inserem-se e são fundamentais no projecto da JCP e do PCP uma Democracia Avançada, enquanto etapa para a construção do Socialismo em Portugal, rumo ao Comunismo. A juventude portuguesa pode contar com a JCP. *Avante com Abril! Organizar – Lutar – Transformar!*

No passado dia 28 de Março, dia Nacional da Juventude, respondendo mais uma vez ao apelo da Interjovem CGTP-IN, os jovens trabalhadores saíram à rua em Lisboa, comemorando o seu dia em luta.

É de salientar a força e a determinação desta manifestação, onde os jovens exigiram a demissão do governo, o direito ao trabalho com direitos, o fim da emigração forçada, a valorização do trabalho e o investimento na produção nacional, horários de trabalho dignos, afirmando os valores de Abril no ano em que se comemoram os 40 anos da Revolução.

Também é de referir, tal como disse a Filipa Costa, dirigente da Interjovem na sua intervenção, que cada vez mais são os jovens que se juntam à luta organizada e reforçam os seus sindicatos de classe, sendo exemplo disso os mais de 4 mil jovens que só no ano passado se sindicalizaram, num forte sinal que a juventude vê a luta como caminho inevitável para alcançar os seus desejos e aspirações.

É com a força desta manifestação que a luta tem que continuar nas empresas e locais de trabalho, por reivindicações concretas, e também nas ruas quer no 25 de Abril ou no 1º de Maio, nas acções de comemoração e luta que se vão realizar por todo o país.

Estas duas datas, assinalam importantes momentos de luta e, para além disso, importantes conquistas para os trabalhadores portugueses, conquistas essas que se encontram hoje em dia postas em causa pelas políticas de direita e os seus executantes, abrindo caminho a cada vez maior exploração dos trabalhadores pelo patronato, ao generalizar da precariedade e às vergonhosas taxas de desemprego que se verificam em Portugal.

Urge reforçar a luta contra os retrocessos — laborais e civilizacionais —, em defesa dos direitos conquistados e da possibilidade de, sendo jovens, trabalharmos, vivermos e sermos felizes no nosso país.

Abril e Maio de novo! Como em Março, com a força da juventude.



Contratação colectiva

Defendê-la é defender os nossos direitos!

O direito à negociação colectiva conquistada pelos trabalhadores foi impulsionada pela luta dos trabalhadores e pelos avanços sociais nos regimes socialistas dos países do leste da Europa, especialmente pela União Soviética.

Em Portugal, antes do 25 de Abril de 1974, era o patrão que regulamentava as condições de trabalho. Após o derrube da ditadura fascista, a plena autonomia dos sindicatos e a unidade dos trabalhadores na luta para defenderem os seus direitos laborais e combater a exploração, com uma “onda” reivindicativa crescente nas empresas e locais de trabalho, levou à negociação colectiva. Na altura, mais de três milhões de trabalhadores por conta de outrem ficaram abrangidos pelas convenções colectivas.

A negociação tem um papel muito importante como instrumento de regulamentação do trabalho, contém a regulação e regulamentação do horário de trabalho e a sua organização, do trabalho nocturno, dos salários e diuturnidades, das categorias profissionais, das férias, do local de trabalho e muitos outros aspectos das relações de trabalho. Da democratização

das relações de trabalho, pois permite aos trabalhadores participarem e definirem as normas que regulam as relações de trabalho nas empresas. Permite acima de tudo garantir às novas gerações (a nós) as conquistas das antigas gerações.

No ano de 2004, com o governo PSD/CDS — o primeiro ano em que esteve em vigor no código de trabalho a possibilidade de caducidade das convenções colectivas —, o patronato recusou massivamente as negociações na grande maioria dos sectores e boicotou a revisão dos contratos colectivos. Centenas de milhares de trabalhadores ficaram assim sem aumentos salariais.

As grandes lutas travadas nesse mesmo ano levaram às eleições. Mudou-se o governo, mas manteve-se a mesma política e assim continua até ao ano presente.

No momento actual, o ataque e o bloqueio à contratação colectiva mantêm-se pela parte do patronato e com o apoio total do governo.

Mas, perante toda esta adversidade, é na luta nas empresas e locais de trabalho, mobilizando os trabalhadores

para defenderem os seus direitos, pelo aumento dos salários e pela defesa do seu contrato colectivo de trabalho, que se tem conseguido resultados.

Foi assim e é assim que milhares de trabalhadores obtêm aumentos salariais, através de Cadernos Reivindicativos nos sectores onde o patronato bloqueou as negociações. Também foi assim que se conseguiu manter contratos colectivos em vigor, apesar das tentativas de o fazerem cessar.

Informa-te junto dos sindicatos da CGTP-IN, sobre o teu Contrato Colectivo de Trabalho (CCT), estás mais protegido, defende e exerce os teus direitos.

Onde não existe CCT, informa-te, sindicaliza-te, sindicaliza os teus colegas de trabalho e, pela unidade dos trabalhadores, reivindica melhores condições de trabalho. Reforça a Interjovem e os sindicatos da CGTP-IN, reforça a luta organizada dos trabalhadores para conquistar e defender direitos!

Participa na luta e garante a melhoria das tuas condições laborais.

Sem ingerências... Rumo ao Socialismo!

Entrevista a Hector Rodríguez, Secretário-Geral da Juventude Comunista da Venezuela

Aproveitando a presença de dezenas de delegações internacionais no 10.º Congresso da JCP, o AGIT entrevistou Hector Rodríguez, o Secretário-geral da Juventude Comunista da Venezuela, e pediu para nos dar a sua visão sobre a Revolução Bolivariana e os recentes ataques do Imperialismo.



Como avaliam a Revolução Bolivariana?

O processo revolucionário iniciou-se em 1998 e tinha como objectivo principal construir uma nova economia livre do imperialismo capaz de impulsionar as transformações políticas e sociais [no País].

Nesse processo valorizamos a política internacional, com a construção de organismos internacionais no continente que nos garantem o objectivo de independência dos mecanismos de dominação do imperialismo.

Internamente valorizamos a recuperação progressiva dos nossos recursos energéticos. A sua nacionalização permite a negociação do barril de petróleo a um preço justo e garante uma educação totalmente gratuita, o acesso a bens de primeira necessidade a preços regulados, o aumento do salário anual e a garantia do acesso da população a direitos como a cultura e a saúde.

Neste processo registamos importantes avanços no reconhecimento de direitos humanos e sociais para a nossa população.

O que é ainda necessário fazer na Venezuela?

A principal bandeira do Partido é a inversão da política económica, através de uma nova política revolucionária económica que rompa com as relações de produção capitalista. Propõe-se o desenvolvimento de um plano de aproveitamento de recursos naturais e humanos e das potencialidades regionais capaz de criar pólos de desenvolvimento industrial, onde os trabalhadores têm um papel preponderante nas tarefas de direcção e controlo.

Dentro do campo da economia os comunistas consideram necessário estabelecer um monopólio estatal das importações para combater a fraude cometida pela burguesia que não produz e especula com os preços. Ainda acreditamos que os produtos importados devem ser

vendidos a um preço justo e que se deve combater a fuga de capitais.

O Partido defende a redução do peso fiscal sobre os rendimentos e que se aumente as taxas sobre o grande capital e as transações financeiras.

Hoje há quem aproveite as dificuldades da população para pedir a queda do Governo. Mas isso não resolve o problema. Nós dizemos à população que a causa está no modelo económico capitalista.

Como encaras os recentes ataques do imperialismo e da burguesia à Revolução?

Constatamos que tem havido desenvolvimentos por parte do imperialismo e da burguesia para derrubar-nos. É um plano iniciado em 1998 e que tem novas particularidades determinadas pela nova realidade em que vivemos após a morte de Chávez e após a vitória reduzida nas últimas eleições. A oposição vê aqui uma oportunidade para gerar fracturas e provocar a saída violenta do processo. O imperialismo vê na Venezuela a sua escolha para recompôr a sua dominação do continente. Não é segredo o potencial da Venezuela no que diz respeito a recursos naturais, que eles tanto necessitam para poder competir com os grandes monopólios das outras potências. Precisam de novos mercados e para tal necessitam de ter governos submissos e que apliquem novas leis de regulação do trabalho. Para recompôr a sua dominação no continente têm de eliminar o seu principal obstáculo, que é o processo revolucionário que lhe causa muitos inconvenientes.

Internamente este movimento só conta com o apoio da sua classe. Desenvolve-se nas regiões da classe média/média-alta, onde há mais acções violentas. As massas populares exigem mudanças mas na direcção do aprofundamento do processo, não da sua liquidação.

É um plano que vai ser contínuo. Procurará gerar um clima de caos que resulte num golpe de Estado ou na derrota eleitoral. Para já está a causar mais dano internacionalmente pois dão a entender que o país está à beira de uma guerra civil. Procuram encontrar o aval internacional para o golpe de Estado apoiado pelas mentiras que difundem pelo mundo.

Queremos que nos deixem resolver os nossos problemas sem ingerências.

Seminário A luta anti-imperialista da juventude: a experiência do 25 de Abril e reunião do CENA da FMJD

No dia 4 de Abril, no âmbito do nosso 10.º Congresso e contando com a participação de várias organizações internacionais a que a ele assistiram, a JCP organizou um seminário internacional subordinado ao tema "A luta anti-imperialista da juventude: a experiência do 25 de Abril".

A discussão lançou-se não só em torno do 25 de Abril, mas também na análise da situação política de cada país e da realidade vivida pela juventude, assim como foi feita alguma reflexão sobre as lutas da juventude e a necessidade de avançar para defender e conquistar direitos fundamentais. Foi claro no seminário o reconhecimento do processo revolucionário português, do seu significado para o país e, em simultâneo, o contributo para a luta dos povos e da juventude no mundo.

Ainda nessa tarde, teve lugar reunião da região Europa e Améria do Norte, espaço em que se insere a JCP na sua participação na Federação Mundial da Juventude Democrática —, em que foi lançada uma Declaração sobre os 65 anos da NATO, denunciando o seu papel em guerras, no apoio a regimes opressores e ditatoriais, em invasões e ocupações, ao serviço do Imperialismo, apontado o caminho do reforço e afirmação da FMJD como organização que resiste e luta pela paz, pelos direitos e pelo progresso social.



Avante com Abril! Organizar, lutar, transformar! 10.º Congresso da JCP, 5 e 6 de Abril de 2014, Lisboa

O fim-de-semana de 5 e 6 de Abril foi para todos os jovens comunistas e todos os amigos que também puderam participar, um momento marcante e que dificilmente sairá das nossas memórias. O culminar de meses de preparação, este Congresso foi a demonstração de que a Juventude Comunista Portuguesa é a Organização revolucionária da juventude.

O Congresso é um momento único para toda a Organização e é prova de que os comunistas transformam, diariamente, o sonho em vida. Dizem os nossos princípios orgânicos que o Congresso é o órgão máximo, momento de definir, em todos os aspectos, a orientação da JCP. Este ponto é sem dúvida esclarecedor da democracia interna da JCP e é a prova de que é possível outra forma de funcionar, baseada na discussão, na camaradagem, na capacidade de colectivamente chegar a conclusões. Esta nossa democracia é a daqueles que se recusam a ver passar a história e nela intervêm, aqueles que se empenham, a todo o custo, em discutir e aprofundar, construindo no seu dia-a-dia uma organização em que todos têm palavra e em que rumamos, com o contributo de cada militante, no mesmo sentido, rumo a uma sociedade sem exploração do Homem pelo Homem.

Assim, para a nossa Organização, o Congresso é o momento de traçarmos orientações para os próximos anos e de elegermos a nova Direcção Nacional, que garantirá o seu cumprimento e efectivação daqui para a frente. Até chegar aqui, passámos por meses de intensa discussão e preparação. Analisou-se e reanalisou-se a realidade, problematizaram-se as questões que afectam hoje a juventude, olhou-se criticamente para o mundo em que vivemos e traçámos todos juntos caminhos. Cada um pôde dar a sua opinião e discuti-la com os camaradas e foi um importante momento para a reflexão e o crescimento ideológico de todos.

Com base na análise feita e na discussão levada a cabo, sempre ligada ao quotidiano da juventude e da Organização, traçámos caminhos para a futuro. Bem cientes de que a nossa tarefa é transformadora e revolucionária e que da nossa Organização se exige sempre mais, porque a hora é de luta.

outras organizações nutrem pela JCP e pelo seu contributo para a luta anti-imperialista, interveio também Hector Rodríguez, Secretário-Geral da Juventude Comunista da Venezuela, contribuindo para o nosso conhecimento e discussão da dimensão que assume a luta da juventude por todo o mundo.



Por todo o país, luta-se e conquista-se

E tudo isso foi bem patente nas intervenções de cada um. Foram dezenas de intervenções de todo o país, de Norte a Sul, Açores e Madeira, a falar sobre a situação da sua escola ou local de trabalho. Falou-se nas escolas em que chove e faz frio, falou-se na falta de professores e em como os materiais não estão ao alcance dos estudantes. Falou-se dos ataques aos direitos dos jovens trabalhadores, dos salários de miséria, das horas não pagas. Nas propinas e na Acção Social Escolar que não chega. Nos milhares de jovens que não têm condições para estudar, seja no Secundário ou Superior.

Para além intervenção da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) — por Dimitris Palmyris, da EDON, que actualmente assume a presidência da Federação —, marcante pela solidariedade e pela admiração que

Sentia-se naquele anfiteatro o orgulho de sermos comunistas e de lutarmos todos os dias pelos direitos de todos. Quando vários camaradas descreviam as tentativas de limitar a luta — através das ingerências das direcções, as pressões dos patrões, os boicotes daqueles a quem a luta faz frente —, sentíamos também a coragem que nos define. E uma imensa vontade de não parar nunca, sobretudo porque a cada intervenção ficou claro como em cada escola e local de trabalho há mais caminho a desbravar e as potencialidades são enormes.

Ouviu-se do palanque, "os trabalhadores da Bosch venceram" ou "os estudantes conquistaram um pavilhão". São vozes de esperança, mas sobretudo de confiança de que é possível conquistar. Basta organizar e lutar, para transformar.

Uma Organização mais forte

Criaram-se dezenas de novos colectivos, reforçaram-se tantos outros e são quase 700 os novos militantes com quem podemos contar daqui para a frente e que é urgente integrar e responsabilizar. São também milhares, por todo o país, aqueles disponíveis para lutar lado a lado com os comunistas. Com o suceder-se de intervenções ouviu-se um desabafo de um camarada, que provavelmente percorria muitas outras cabeças, “o jovens lutam tanto afinal” disse.

A Organização cresceu e fortaleceu-se com este Congresso e portanto a nossa acção vai sair reforçada, assim como a luta contra as políticas de direita que há 38 anos assolam a vida dos jovens e do povo português.

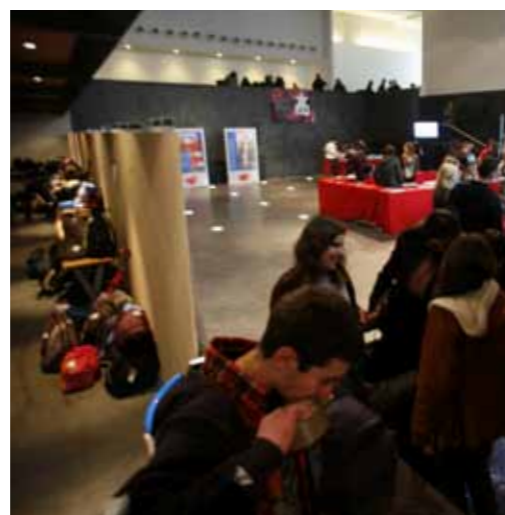
Um trabalho colectivo

Foi esta Organização incomparável que construiu tudo aquilo que pudemos desfrutar durante esses dois dias de balanço e de traçar de orientações para o futuro. Foi esta organização, com a abnegação e o cansaço de cada camarada, que fez com que todos chegassem dos vários pontos do país e tivessem onde dormir. Foram estes jovens, organizados na JCP, que trataram de refeições e de vaivéns, que asseguraram que o Congresso decorresse sem sobressaltos e que cada camarada se sentisse confortável tão longe de casa. Quando cada um chegou, teve um conjunto de materiais indispensáveis à discussão que lhe tinham sido preparados e teve todas as informações de que precisava. Houve uma banca onde pudemos encontrar t-shirts, CDs, postais, AGITs, materiais para todos os gostos. Durante todo o Congresso houve tarefas para assegurar que, mesmo menos visíveis, tornaram tudo possível, como a tarefa da porta ou da credenciação. Mais uma demonstração de que o trabalho colectivo é, de facto, a mais valiosa e poderosa ferramenta.

Momentos únicos de luta e alegria

Ao fim do primeiro dia, sentia-se o ânimo entre os delegados e convidados. O tempo, contra todas as expectativas, aguentou-se e, na noite de Sábado, saímos à rua, num desfile repleto de faixas e reivindicações dos estudantes e dos jovens trabalhadores. Gritou-se pelo fim dos exames, não às propinas e Bolonha, que a educação é um direito e que está na hora do Governo se ir embora. Sentia-se o clima de combate e de urgência de uma mudança de políticas, todos os que ali estavam declararam, desde a Graça até ao Camões, que estavam disponíveis e determinados em construir uma política ao serviço do país e dos seu jovens. Foi um grande desfile, tanto pelo tamanho como pela força que transportou. Foram várias as pessoas que acenaram e gritaram as palavras de ordem connosco e também não faltaram os que se juntaram à força da juventude, integrando o desfile.

Chegados ao Camões, ouvimos com emoção a moção aprovada durante a tarde no Congresso, “25 de Abril Sempre!”. Perante um Largo cheio de gente afirmámos que “somos filhos da revolução, filhos de Abril. Somos fruto do projecto mais emancipador do nosso povo. Somos fruto das lágrimas, do suor, do sangue, da resistência antifascista. Da luta de gerações de portugueses pela liberdade, pela paz, pelo pão, pelo trabalho, por uma vida digna sem repressão, sem obscurantismo.”. E assim, foi a vez dos Dazkarieh, banda formada em 1999, mostrarem a música portuguesa, parte da nossa cultura e da nossa identidade, algo que faz parte do projecto emancipador que temos para o nosso país, num concerto que animou todos os que enchiam o Camões. Foi um momento de festa, com toda a alegria de sermos quem somos e capazes de tanto, que se prolongou pela noite dentro.



Profundo debate para melhorar a análise

Mas engane-se quem pensar que o Congresso foi um convívio. O Congresso foi um momento de aprofundar de análise e de temas. Houve uma intervenção sobre a droga e toxicodependência, deixando claro que a juventude de classe não ignora as manobras do capital de retirar força combativa aos jovens, recorrendo às mais perversas artimanhas. Falou-se na desigualdade entre homem e mulher e como a política de direita a acentua. Houve também uma intervenção central sobre direitos, liberdades e garantias, deixando clara a nossa concepção ampla e material de democracia, uma democracia que queremos que seja política, mas também cultural, social, económica. E para que haja democracia é preciso que os jovens possam intervir nas suas escolas e locais de trabalho, apesar de hoje, como pudemos e podemos comprovar pela prática e pelas várias intervenções, serem inúmeras as tentativas de os impedir. Mas é também imensa a resistência e as vitórias obtidas, mesmo quando em tribunal. Seria sempre redutor tentar resumir a umas linhas toda a análise feita pelo colectivo de jovens comunistas no seu órgão máximo, mas sem dúvida que foi um tempo de aprofundar temas e ganhar energia para conhecer sempre mais.

A nova Direcção Nacional da JCP

Saímos deste 10º Congresso com uma nova Direcção Nacional eleita. Este conjunto de camaradas assume perante a organização a responsabilidade de dirigir o seu trabalho, assegurando o cumprimento daquela que foi a discussão colectiva e as orientações traçadas por todos. Ficámos com a certeza de que estes camaradas, juntamente com toda a organização, serão capazes de realizar importantes avanços no trabalho e no reforço da JCP.



Aos camaradas que passam a ter tarefas no Partido, afirmámos que serão lembrados pelo seu contributo e dedicação à JCP. É com cada um que fomos e vamos construindo a alternativa, patriótica e de esquerda, urgente para Portugal.

Encerramento

Por fim, foi a vez do Secretário-Geral do PCP, o camarada Jerónimo de Sousa, intervir. Transmitiu-nos a confiança do Partido no nosso trabalho e a certeza de que o partido dos trabalhadores portugueses está com a juventude e que defende os seus interesses, o único capaz de garantir que os direitos da Constituição da República Portuguesa e os valores de Abril sejam cumpridos.

E assim, num ambiente de festa e amizade, características inerentes à nossa organização, terminou o 10º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa. Foram meses e dois dias intensos para cada um.

Depois da última “Carvalhesa”, por entre bandeiras e sorrisos, cansados, exaustos, mas com toda a confiança, toda a coragem e determinação que nos caracteriza, mas também a emoção da amizade, das despedidas, algumas com lágrimas, seguimos para os autocarros. E chegámos a casa com mais instrumentos para no dia seguinte voltar à escola, ao local de trabalho, às ruas, para lutar pelo que é nosso e por este país que também é para jovens. Viva a JCP!



Vamos à luta! Temos plena confiança na luta da juventude portuguesa, na imensa criatividade e força das massas juvenis, com a certeza de que teremos a força necessária para transformar o sonho em vida!

Intervenção de encerramento do 10.º Congresso, por Duarte Alves



A União Europeia e as eleições para o Parlamento Europeu de A a Z

No próximo dia 25 de Maio vão realizar-se as eleições para o Parlamento Europeu. Neste abecedário contrariamos as mentiras com que todos os dias nos bombardeiam acerca da União Europeia (UE) e clarificamos algumas das questões em cima da mesa nestas eleições.

A *Alemanha.* A UE tem servido apenas para as grandes potências — em particular do eixo franco-alemão — servirem os seus interesses, prejudicando os povos dos outros países, como Portugal.

B *Bolonha.* O Processo de Bolonha foi uma grande machadada no Ensino Superior público fazendo aumentar brutalmente os custos do ensino, elitizando o acesso e reduzindo a sua qualidade.

C *Crise, Capitalismo, Cortes...* são três palavras que têm tudo a ver umas com as outras e também com a União Europeia do grande capital.

D *Dívida.* Foram as políticas seguidas pelos sucessivos governos PS, PSD e CDS que levaram à dívida brutal que hoje temos. É urgente uma política soberana de desenvolvimento da produção nacional e valorização do trabalho, a renegociação da dívida (prazos, juros, condições de pagamento e o seu montante), rejeitando a sua parte ilegítima que resultou da especulação e do roubo ao país.

E *Estratégia 2020.* Com esta estratégia, a UE procura impor a profissionalização do ensino, abandonando a formação integral do indivíduo.

F *Federalismo.* O rumo federalista da UE procura desvalorizar os governos e parlamentos nacionais em favor das directivas da UE e do PE, atacando assim a democracia e a soberania dos países.

G *Garantia Jovem.* O programa da UE que quer institucionalizar o desemprego, a precaridade, a desregulamentação laboral. “Garantia” de exploração máxima do trabalho é o que é...

H *Hollande.* À semelhança do PS em Portugal, o PS de Hollande apresenta-se com um “ar de esquerda”, mas mantém a política de austeridade para o povo e abastância para o capital e alimenta guerras imperialistas, como na Líbia.



I *Imperialismo.* A UE tem estado desde a sua fundação do lado do Imperialismo, favorecendo o capital, impondo “metas” e medidas contra os trabalhadores e os povos, participando em agressões militares e ingerências.

J *Juventude CDU.* A Juventude CDU é composta pela JCP, pela Ecolojovem “Os Verdes”, e por milhares de jovens que se identificam com o projecto da CDU de ruptura com a política de direita e com a construção de uma alternativa patriótica e de esquerda, que cumpra Abril!

leva a luta até ao voto!

L *Lampedusa.* A UE tem apostado na criação de uma “Europa fortaleza”, com leis racistas e xenófobas como a “directiva da vergonha” que permite que os imigrantes possam ser presos sem terem cometido qualquer crime. Lampedusa e as tragédias humanitárias que o mundo observa são apenas a ponta do iceberg dos crimes da política de imigração da UE.

M *Militarismo.* A UE tem aumentado ao longo dos anos a sua agressividade bélica e o seu militarismo. Como são exemplos a participação na vergonhosa invasão da NATO à Jugoslávia, nas guerras de Afeganistão e Iraque, Líbia, o seu apoio aos mercenários na Síria, as suas pressões contra o Irão.

N *Neoliberalismo.* O rumo neo-liberal da UE tem como principais elementos a imposição de políticas de “austeridade”, limitando a intervenção dos estados na economia, de políticas de baixa de salários e ataques às funções sociais do estado.

O *Ofensiva ideológica.* A ideologia das “inevitabilidades”, do conformismo, do individualismo (“empreendedorismo”), articuladas com um investimento de milhões no anti-comunismo, são utilizadas pela UE para “ajudar” a cumprir os seus objectivos.

P *Pacto de Agressão.* A UE é uma das subscritoras e executantes do Pacto de Agressão que tem destruído a vida do povo e do país. PS, PSD e CDS, também subscritores desse Pacto, são os responsáveis nacionais pela situação desastrosa do país.

Q *Quotas.* Uma das estratégias da UE de ataque tem sido a imposição de quotas à produção de produtos alimentares, subsidiando a destruição de campos agrícolas e o abate de frota pesqueira. É posta em causa a soberania alimentar dos países mais pequenos, que têm de importar produtos que poderiam produzir.

R *Resistir!* A melhor forma de dar combate a esta política é organizar a luta nas escolas, nas empresas e nas ruas contra os ataques aos nossos direitos, contra as troikas e a política de direita. O dia 25 de Maio é mais um dia de luta, em que a nossa arma será o voto. Na CDU pois claro!

ex-citações

[antes do 25 de Abril] Apesar de algumas liberdades cortadas, havia na escola uma cultura de mérito, exigência, rigor, disciplina e trabalho.

Durão Barroso
12/Abril/2014

Uma escola que era só para alguns, com altas taxas de analfabetismo, com o ensino secundário e superior vedado à maioria da população... já sabíamos que é este o modelo que PS, PSD e CDS se têm esforçado em implementar com o apoio da União Europeia, mas aqui a novidade é a falta de vergonha na cara. No fundo, nada mudou desde 1974: as classes dominantes sempre desprezaram e combateram o 25 de Abril e a escola de Abril, seja em versão maoista chic (Durão “Tse Tung” Barroso, 1974) ou capitalista saudosista (Durão “Cherne” Barroso, 2014).

S *“Solidariedade” europeia.* Como bem demonstra o facto de o Banco Central Europeu emprestar dinheiro a 1% de juros para bancos privados e não o fazer em relação aos estados-membro (que recorrem depois aos juros elevadíssimos que esses mesmos bancos cobram), a “solidariedade” da UE não é em relação aos povos da Europa, mas sim em relação ao grande capital!

T *Tratado de Lisboa.* O Tratado de Lisboa foi mais um dos ataques à nossa soberania, transferindo para instituições da UE a decisão sobre as políticas que mais afectam a vida das populações.

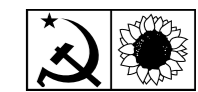
U *Ucrânia.* Servindo-se do legítimo descontentamento popular, vários grupos fascistas, apoiados pela UE, têm criado uma situação perigosa na Ucrânia. O apoio da UE ao golpe fascista é significativo de que o Imperialismo não olha a meios para atingir os seus fins, neste caso de controlar recursos energéticos e fazer pressão militar sobre o leste europeu.



V *Vota CDU.* Defender os interesses do país no Parlamento Europeu, a soberania, o emprego, os direitos dos trabalhadores, do povo e da juventude, dar voz à luta que se trava todos os dias no nosso país, contribuir para a derrota do Governo PSD/CDS, e afirmar a verdadeira alternativa, por um país soberano e desenvolvido, pelos valores de Abril e por uma Europa de cooperação entre os povos. Por tudo isto, dia 25 de Maio, vota CDU!

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



X *Xenofobia.* Na União Europeia crescem os fenómenos de racismo e xenofobia, potenciados por uma política de “Europa fortaleza” e pelo apoio da UE a partidos e grupos fascistas.

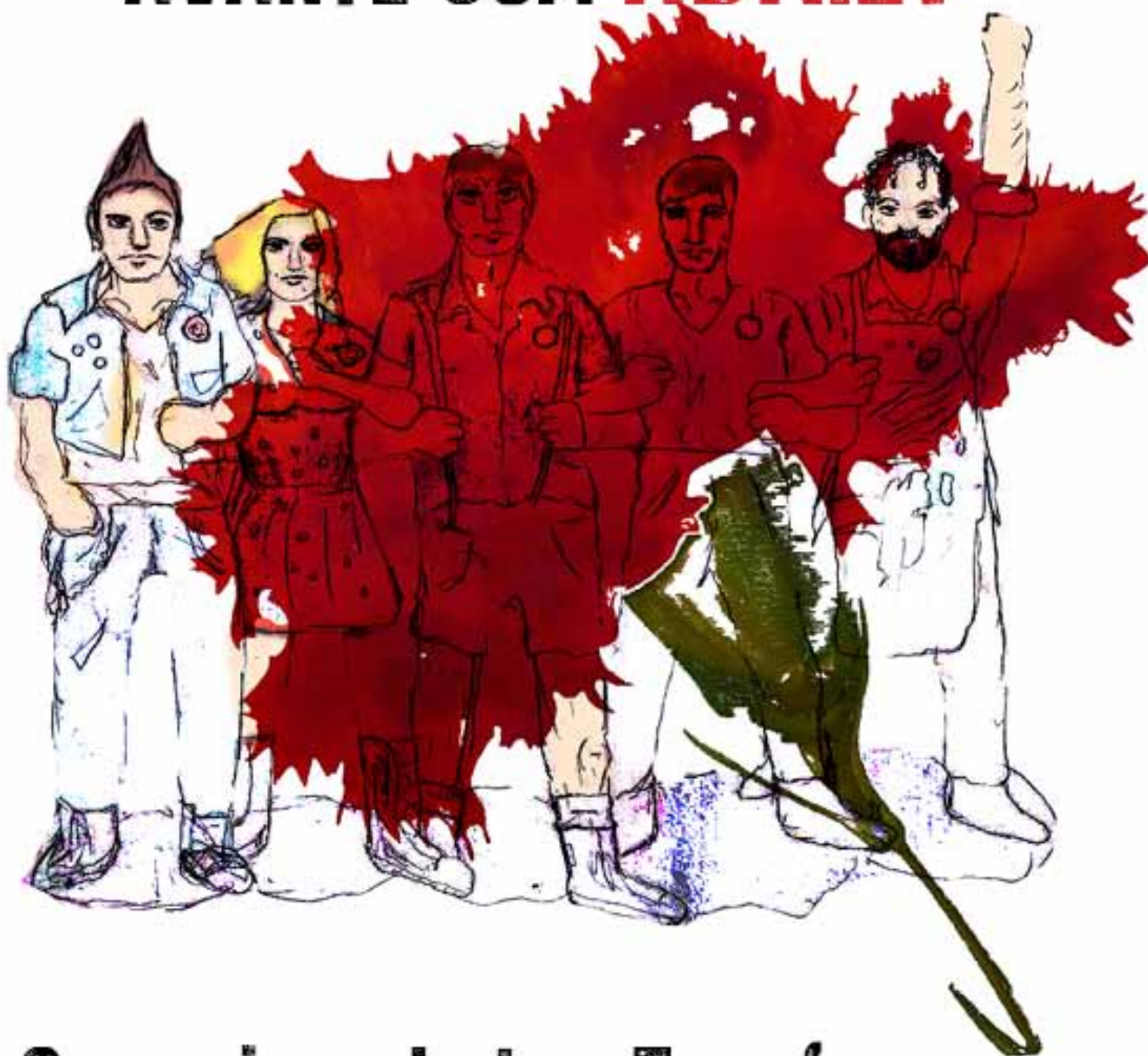
Z *Zona Euro.* A actual crise do Euro demonstra que o PCP e a JCP tinham e têm razão na sua denúncia de que o Euro foi prejudicial ao país. A saída ou manutenção de Portugal na Zona Euro deve ser uma decisão soberana do povo português e esta crise demonstra mais uma vez a necessidade da ruptura com o Euro e com a integração capitalista. A CDU considera necessário preparar o país para uma saída do Euro, aconteça esta por decisão do povo português ou pela agudização da crise do Euro, algo só possível com a aplicação de uma política patriótica e de esquerda.

Quem fez o 25 de Abril foram exclusivamente os militares.

Mário Soares
14/Abril/2014, numa conferência acerca do 25 de Abril com o tema “Valeu a pena?”

Já poucos comentários merecem as palavras do pai da contra-revolução e da política de direita, do maior dos inimigos de Abril. Apenas se regista que, como se costuma dizer acerca de gente desta “cada vez que diz uma verdade cai-lhe um braço e ainda tem os dois”, não foi desta que ficou maneta. Aproveitando o tema da conferência, poderíamos perguntar: tanta mentira, tanta manipulação, tanta privatização, tantos ataques aos direitos conquistados... para agora já nem o grande capital a quem serviu lhe dar crédito... Valeu a pena, Mário?

AVANTE COM **ABRIL!**



Organizar Lutar Transformar



adere à JCP!

NOME _____

ESCOLA / EMPRESA _____

TELEMÓVEL _____ E-MAIL _____